

# A propósito das Recomendações — “nós” também temos que ser “eles”!

No ProfMat de Castelo Branco, numa das conferências plenárias, o Professor João Ruivo falava-nos da escola concentracionária que tem levado, gradualmente, à *erosão da profissionalidade docente* e ao *demissionismo* dos professores<sup>1</sup>. Com efeito, numa Escola muitas vezes com uma organização estrutural pesada, assiste-se de forma cada vez mais acentuada, a um confronto latente entre “eles” e “nós”, onde nos “eles” cabem a superestrutura (da administração educativa à direção e gestão da escola, dos autores dos programas e dos documentos curriculares aos que se envolvem e discutem com eles), e em “nós” cabem todos aqueles que concretizam, anonimamente, nas salas de aula ou fora delas, todos os dias, o ato educativo de ensinar e fazer aprender. E isso conduz-nos, vezes demasiadas, a ciclos e períodos de desmotivação e desinvestimento.

Também na mesma altura do ProfMat, em 12 de julho passado, a Direção Geral de Educação tornou público o relatório *Recomendações para a melhoria das aprendizagens dos alunos em Matemática*, elaborado pelo Grupo de Trabalho de Matemática (GTM), criado pelo Despacho n.º 12530/2018, de 28 de dezembro.

O GTM apresenta-nos um trabalho notável sobre a evolução do ensino e aprendizagem da Matemática, em Portugal, nos últimos trinta e cinco anos. Notável pela recolha e sistematização, pela análise comparativa, pela reflexão e propositura.

Os quatro conjuntos de recomendações, sobre o currículo de matemática, sobre as dinâmicas de desenvolvimento curricular, sobre a avaliação das aprendizagens e sobre a formação de educadores e professores, bem que se podem constituir como uma agenda de política educativa para os próximos tempos, tecnicamente fundada.

Há recomendações que apontam caminhos absolutamente necessários, como a urgência de um currículo de Matemática global que ponha fim ao labirinto dos documentos curriculares atualmente em vigor; um currículo para todos, mas com propósitos diversos; com conteúdos (conhecimentos e capacidades) relevantes e assente na compreensão matemática; com orientações metodológicas que assumam que a diferenciação pedagógica “deverá não só dirigir-se a alunos com dificuldades, como àqueles que estão em condições de aprofundarem as suas aprendizagens”<sup>2</sup>. Outras gostaríamos de as classificar

como premonitórias, como a que aponta para um currículo de Matemática para a Educação Pré-Escolar ou a que sugere a criação de um “instituto de desenvolvimento curricular, que se responsabilize inteiramente pela regulação dos processos de mudança curricular”.

Também temos algumas que são quase do foro celestial, como a que sublinha a necessidade de reforçar a valorização da profissão docente, ou como a que preconiza um desenvolvimento curricular com condições nas escolas, entre outras a possibilidade efetiva de realização de trabalho colaborativo entre professores (tempo e horários).

Fratrante, mas em nome do alinhamento da avaliação externa com as aprendizagens previstas para o Currículo, é a proposta de que ela não se reduza à avaliação escrita, antes se diversifiquem os modos, os tempos, recursos e suportes da mesma (a exemplo, aliás, do que já acontece em algumas provas, nomeadamente nas línguas estrangeiras).

Certamente polémica para muitos é a recomendação de instituir “documentos curriculares locais” em linha com o Currículo nacional, mas que atentem aos contextos “sociais, económicos, ambientais e culturais, e também às necessidades individuais de aprendizagem”.

Já não sou dos crentes nas grandes inovações nem dos que alinham com punções identitários das sucessivas equipas ministeriais. Mas sou dos que se entusiasma com as coisas bem feitas.

E este Relatório é, para mim, um documento bem feito. Convoca-nos a visitar o nosso trabalho coletivo ao longo dos anos. Desafia-nos a um encher de peito com ar novo. A um reganhar de alento.

Valerá a pena um novo investimento?

Tem que valer a pena!

É pois importante que nos noventa dias de consulta pública nos façamos ouvir e dêmos a nossa opinião – concordando, discordando, alvitando soluções ou apontando outros caminhos. Que o façamos individualmente ou em grupo, de forma institucional ou pessoal, mas que participemos. Essa será a melhor forma de nos implicarmos no que tivermos eventualmente de vir a fazer.

“Nós”, todos, também temos que ser “eles”!

**JOAQUIM FÉLIX**

ESCOLA SECUNDÁRIA GABRIEL PEREIRA, A.E. GABRIEL PEREIRA - ÉVORA

<sup>1</sup>A apresentação de apoio à conferência pode ser obtida em <https://profmat2019.wixsite.com/apm2019/materiais-do-encontro> (consultado em 20/09/2019)

<sup>2</sup>As passagens entre aspas correspondem a excertos de recomendações do relatório, coordenado pelo Professor Jaime Carvalho e Silva, que pode ser consultado na página eletrónica da Direção Geral de Educação.